

Alguns aspectos relativos à evolução 2003-2004 da pobreza e da indigência no Brasil

Sonia Rocha

1. INTRODUÇÃO

Os resultados da PNAD 2004, divulgados recentemente, podem ser divididos, para fins de analíticos, em dois grupos: aqueles que dão continuidade a tendências robustas de longo prazo e aqueles que refletem mudanças ocorridas no ano ou no período mais recente.

Ao primeiro grupo pertencem os resultados associados a mudanças sociodemográficas e a melhorias no acesso a bens e serviços. Por um lado, trata-se de fatos como o aumento da esperança de vida, o declínio da mortalidade infantil e da fecundidade, a inserção crescente das mulheres no mercado de trabalho, assim como uma menor desigualdade de rendimentos entre homens e mulheres. Por outro lado, verifica-se sistematicamente na PNAD progresso sustentado no acesso a escola, a serviços públicos básicos (água, eletricidade, telefonia, coleta de lixo), a bens de consumo durável, assim como melhorias gerais da estrutura física dos domicílios brasileiros (elementos construtivos mais duráveis e maior espaço por morador). Essas mudanças vêm ocorrendo no longo prazo de forma contínua e, embora o ritmo de melhoria não seja constante de ano para ano, situações econômicas adversas não têm sido capazes de causar retrocessos. É importante destacar que, apesar de brasileiros em todas as classes de renda terem sido afetados por esse processo, foram os mais pobres os maiores beneficiários. Isso, em parte, porque, em muitos casos, os não-pobres já estavam atendidos; em parte, devido à mudança de ênfase de políticas públicas que passaram a privilegiar o atendimento aos mais pobres.

O segundo grupo de resultados da PNAD não apresenta, por natureza, uma tendência evolutiva, porque responde preponderantemente

a oscilações no desempenho da economia. É o caso de variáveis como nível e distribuição de rendimentos, que tendem a oscilar de ano para ano, acompanhando o nível de atividade produtiva por meio da intermediação do mercado de trabalho. Os indicadores de pobreza e de indigência fazem parte desse grupo. Dependentes do nível e da distribuição da renda, e medidos a partir das chamadas linhas de pobreza e de indigência, esses indicadores têm suscitado interesse crescente da sociedade a cada divulgação da PNAD. Isso porque, pelo menos em termos do objetivo a alcançar, a sociedade brasileira dá sinais de priorizar a garantia do atendimento das necessidades básicas de todos os cidadãos, o que significa eliminar a pobreza absoluta. Embora estreitamente dependentes da conjuntura econômica – e neste sentido, o forte crescimento do PIB em 2004 teve efeitos positivos sobre os níveis de emprego e renda das famílias –, os indicadores de pobreza e indigência vêm sendo favoravelmente afetados pelas políticas públicas relativas a aposentadorias e pensões, assim como pelos novos mecanismos de transferência de renda focalizadas nos mais pobres.

Os tópicos abaixo visam apresentar de forma sucinta alguns resultados básicos da PNAD relativos à redução da pobreza e da indigência em 2004, tanto no que concerne aos grandes agregados, mas também examinando algumas peculiaridades espaciais. Como a evolução dos indicadores depende do nível e na formação da renda familiar, examinam-se também as principais mudanças havidas entre 2003 e 2004 nesse particular.

2. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Embora tanto pobreza como indigência (ou pobreza extrema) sejam síndromes complexas, caracterizadas por um amplo conjunto de carências, a abordagem utilizada aqui será a da renda, utilizando parâmetros de valor, as chamadas linhas de pobreza e de indigência para delimitar o conjunto de pobres ou de indigentes a partir da renda familiar per capita.

São definidos como pobres os indivíduos cuja renda familiar per capita é inferior ao valor que corresponderia ao necessário para atender a todas as necessidades básicas (alimentação, habitação, transporte, saúde, lazer, educação, etc), enquanto define-se como indigentes aqueles cuja renda familiar per capita é inferior ao valor necessário para atender tão somente às necessidades básicas de alimentação.

Para a obtenção dos indicadores, foram utilizadas 23 linhas de pobreza e 23 linhas de indigência diferenciadas, de modo a levar em conta

a diversidade de custo de vida entre áreas urbanas e rurais, assim como entre as regiões brasileiras. Essas linhas não derivam uma cesta de consumo normativa, mas do consumo observado por meio de pesquisas de orçamentos familiares. Como exemplo, a linha de pobreza mais alta, relativa à metrópole de São Paulo, foi de R\$ 250,79, enquanto a mais baixa referiu-se às áreas rurais de Minas Gerais/Espírito Santo, R\$ 69,75 (valores por pessoa/mês). As linhas de pobreza e de indigência relativas a setembro de 2004, data de referência da PNAD, são apresentadas no Anexo 1.

Dadas a distribuição da renda familiar per capita e a linha de pobreza (ou a de indigência) para cada área de análise, os indicadores de pobreza enquanto insuficiência de renda têm como objetivo informar sobre o nível e a evolução de diferentes aspectos relevantes do fenômeno. O índice proposto por Foster, Greer e Thorbecke (1984) tem a vantagem de atender às propriedades desejáveis,¹ sendo ao mesmo tempo de operacionalização relativamente simples. Assim, se as rendas per capita forem ordenadas, tais que

$$y_1 \leq y_2 \leq \dots y_q < z < y_{q+1} \leq \dots \leq y_n,$$

onde z é a linha de pobreza, n é a população total e q o número de pobres, o índice de Foster, Greer e Thorbecke, chamado FGT a seguir, pode ser expresso como:

$$FGT_\alpha = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^q \left(\frac{z - y_i}{z} \right)^\alpha; \alpha \geq 0$$

O índice considera, portanto, a intensidade da pobreza, expressa pela medida relativa do hiato de renda para cada um dos indivíduos pobres, $(z - y_i)/z$. Esta razão é potencializada por α de acordo com a importância que se queira dar à intensidade da pobreza no índice. O somatório dos hiatos potencializados para toda a população pobre é normalizado pelo tamanho da população total.

Cabe notar que conforme varia o valor de α , a medida FGT assume características interessantes, a saber:

a) Quando $\alpha = 0$ a questão da intensidade da pobreza não é levada em consideração e o FGT torna-se igual à proporção de pobres na população total (H). Assim:

¹ Foster, J.; Greer, J.; Thorbecke, E., *A class of decomposable measures*, in *Econometrica*, 52:761, 1984.

$$FGT_{\alpha=0} = \frac{q}{n} = H$$

Essa medida simples é o indicador mais conhecido de pobreza, mas pode ser criticada por limitar-se apenas ao número de pobres na população, sem levar em conta quão pobres eles são ou os aspectos ligados à desigualdade de renda.

b) Quando $\alpha = 1$, leva-se em conta simultaneamente a proporção de pobres e a intensidade da pobreza através da razão do hiato de renda, que pode ser expressa alternativamente como

$$I = \frac{z - \bar{y}}{z}$$

onde $\bar{y}$ a renda média dos pobres. Então

$$FGT_{\alpha=1} = H * I$$

Assim, embora essa medida seja melhor do que as suas componentes isoladamente, ela apresenta a desvantagem de não incorporar a desigualdade de renda entre os pobres, já que considera apenas a sua renda média.

c) Quando $\alpha \geq 2$, também os aspectos da desigualdade de renda entre os pobres são levados em conta já que se potencializam os valores dos hiatos de renda. Naturalmente, quanto maior for o valor de α , maior o peso atribuído ao componente de desigualdade de renda no indicador de pobreza.

Quando $\alpha \geq 2$, o indicador FGT considera simultaneamente os três aspectos da pobreza enquanto insuficiência de renda, isto é, a proporção de pobres, o hiato de renda e a desigualdade de renda entre os pobres. O FGT para $\alpha = 2$ foi referido no texto como hiato quadrático. Além das vantagens computacionais que não cabe explicitar nesta nota, esse índice sintético enriquece a análise evolutiva da pobreza enquanto insuficiência de renda, especialmente quando índices relativos a cada um dos três aspectos da pobreza apresentam evoluções em direções opostas, o que ocorre frequentemente.

Neste texto, será dada ênfase maior à proporção de pobres, que é uma medida de mais fácil entendimento, além de ser a mais sensível a variações. No entanto, em alguns casos utilizou-se também os outros dois indicadores, de forma a melhor caracterizar a evolução observada.

3. A REDUÇÃO DA PROPORÇÃO DE POBRES E INDIGENTES NA POPULAÇÃO TOTAL DO BRASIL

Os resultados derivados da PNAD relativos à distribuição da renda familiar per capita revelam uma redução inequívoca da pobreza e da indigência. A proporção de pobres cai de 35,6% em 2003, para 33,2% em 2004, o que corresponde a 57,7 milhões de pessoas pobres nesse último ano – menos 2,4 milhões de pessoas do que em 2003, enquanto a proporção de indigentes passa de 10% para 8%, significando 13,9 milhões de indigentes em setembro de 2004 (menos 2,0 milhões de pessoas do que em 2003).² A redução de cerca de dois pontos percentuais em ambas as proporções é o melhor resultado verificado desde o Plano Real, quando houve então uma conjunção propícia de fatores permitindo uma redução drástica da proporção de pobres de 44,1% para 33,2%. O Gráfico 1 permite visualizar a tendência evolutiva da pobreza e da indigência. No caso da pobreza, as oscilações ocorridas no período 1996-2004 fazem com que os ganhos realizados em 2004 tragam a proporção praticamente ao nível observado em 1995. Em relação à indigência, a tendência mais sustentada de redução da proporção (só nos anos de 2001 e 2003 houve aumento da proporção de indigentes) permitiu que o resultado obtido em 2004 tivesse sido o mais favorável jamais obtido no país. Embora uma queda mais rápida e mais acentuada dos indicadores fosse desejável, os resultados mais favoráveis obtidos em relação à indigência indicam que, como desejável, as situações mais críticas estão sendo resolvidas primeiro.

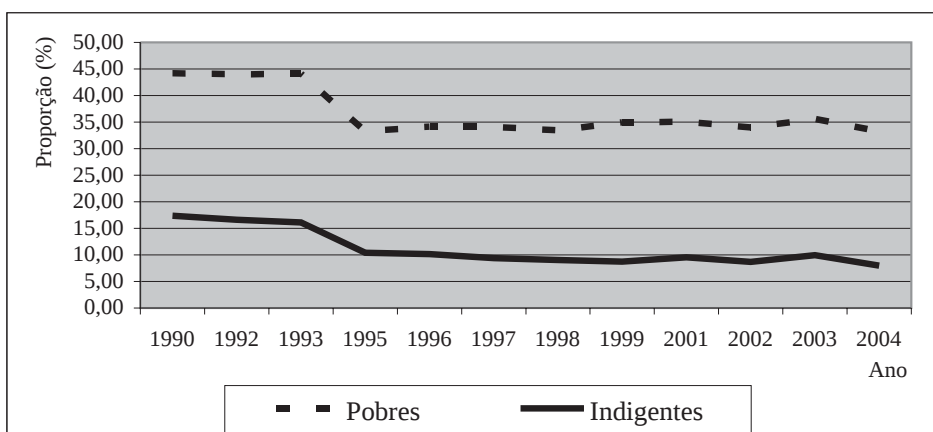


Gráfico 1. Proporção de pobres e indigentes 1990-2004, Brasil

² Vale lembrar que os indigentes são um subconjunto de pobres e que, portanto, esses valores não são cumulativos.

Tabela 1. Proporção de pobres e indigentes de 1990 a 2004 (%) - Brasil*

Proporção (%)	1990	1992	1993	1995	1996	1997
Pobres	44,19	44,00	44,09	33,23	34,13	34,09
Indigentes	17,38	16,64	16,10	10,40	10,15	9,38
Proporção (%)	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Pobres	33,43	34,95	35,03	33,99	35,59	33,21
Indigentes	9,06	8,74	9,55	8,68	9,96	8,00

Fonte: IBGE, microdados da PNAD.

* Exceto Região Norte rural.

Os anexos 2 e 3 apresentam, respectivamente, os resultados completos dos indicadores de renda relativos de indigência e pobreza, tanto de 2003 como de 2004. Os anexos reúnem o conjunto relevante de indicadores, e não apenas as proporções e números de pobres e indigentes como mencionado no texto, sendo que os resultados são apresentados por Unidade da Federação segundo estratos urbano, rural e metropolitano³, de forma a permitir distinguir situações particulares que frequentemente se distanciam daquelas observadas para os grandes agregados.

4. AS DIFERENTES TRAJETÓRIAS DE REDUÇÃO DA PROPORÇÃO DE POBRES E INDIGENTES

Após o ano recessivo de 2003, a retomada robusta da atividade em 2004 teve impactos positivos, embora diferenciados, ao longo de toda distribuição. A melhoria mais acentuada na base da distribuição permitiu melhoria de todos os indicadores de pobreza enquanto insuficiência de renda para a quase totalidade das áreas de amostragem da PNAD⁴. No entanto, a magnitude desta a redução é muito diferenciada, especialmente em relação à proporção de pobres.

³ Como a PNAD é uma amostra, a divulgação de resultados apresenta limitações de detalhamento. Os resultados dos Anexos 2 e 3 são apresentados ao nível máximo de desagregação possível com base nos microdados de uso público. Todas as comparações entre 2003 e 2004 estão harmonizadas, isto é, não incluem os resultados para a Região Norte rural (exceto Tocantins rural) que só passou a ser coberta pela amostra da PNAD em 2004.

⁴ Os resultados aqui apresentados são agregados a partir de resultados mais detalhados obtidos para 54 áreas no país, já que a amostra da PNAD permite obtenção de estimativas para a maioria das Unidades da Federação, distinguindo situação urbana e rural, além das nove metrópoles e Brasília.

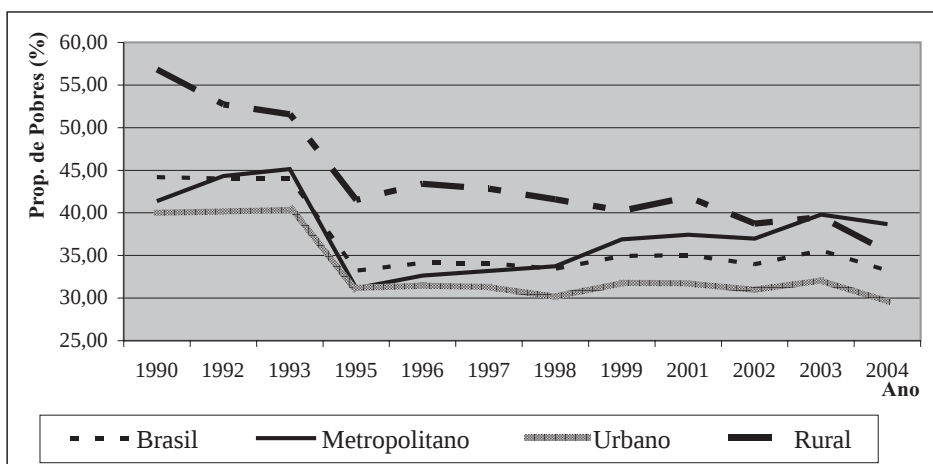
Tabela 2. Evolução da proporção da indigência e pobreza – 1992, 2003 e 2004

Brasil e estratos	Pobres (%)			Indigentes (%)		
	1992	2003	2004	1992	2003	2004
Metropolitano	44,3	39,8	38,7	11,9	9,5	7,9
Urbano	40,2	32,1	29,5	13,9	8,4	6,6
Rural*	52,7	39,5	35,4	30,5	16,6	13,3
Brasil*	44,0	35,6	33,2	16,6	10,0	8,0

Fonte: IBGE, microdados da PNAD.

* Exceto Região Norte rural.

Quando se consideram separadamente as áreas metropolitanas, urbanas e rurais, a melhoria em 2004 foi mais tênue nas áreas metropolitanas, o que na verdade tem sido uma tendência ao longo de toda a década de 90, com exceção do período imediatamente após o Plano de Estabilização (Gráficos 2 e 3). Os ritmos diferenciados de redução, mais acentuado e sustentado nas áreas rurais, e de agravamento nas áreas metropolitanas, em grande parte determinado pelo comportamento da pobreza na metrópole paulista, significou uma convergência das proporções, isto é, uma redução das diferenças nas três áreas no que concerne tanto às proporções de pobres como às de indigentes.

**Gráfico 2.** Proporção de pobres 1990-2004, por estrato

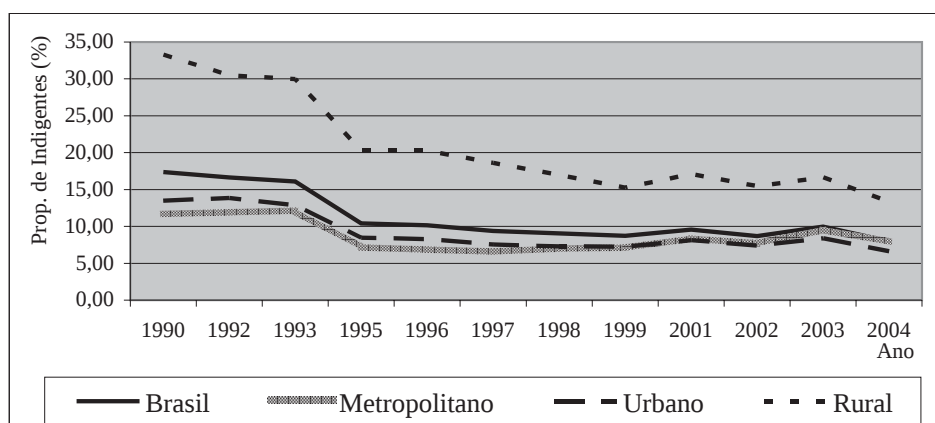


Gráfico 3. Proporção de indigentes 1990-2004, por estrato

A queda mais sustentada, e também mais acentuada, das proporções de pobres e de indigentes nas áreas rurais, aliada à redução da população rural, fazem com que a pobreza e indigência no Brasil sejam crescentemente fenômenos urbanos e metropolitanos. De 2003 a 2004 a participação dos indigentes e pobres rurais no total de indigentes e pobres no Brasil continuou a declinar – pobres rurais representam 15,3% dos pobres brasileiros e os indigentes rurais 24% dos indigentes. Isso ocorreu tanto como resultado da redução mais forte da proporção de pobres e indigentes nas áreas rurais, como da crescente urbanização, que reduziu o peso relativo da população rural no total da população brasileira, alterando radicalmente a situação que se tinha em um período não tão distante como o início da década de 90 (Tabela 3). Embora os 3,3 milhões de indigentes rurais representem, em 2004, menos de $\frac{1}{4}$ dos indigentes brasileiros, eles constituem, junto com os indigentes nas periferias metropolitanas, a clientela prioritária quando se trata focalizar as políticas públicas antipobreza. Isto porque não só apresentam condições críticas de renda, mas também porque a insuficiência de renda vem acompanhada das conhecidas carências no que concerne ao acesso a serviços básicos, como os de educação, saúde e saneamento. Embora, por definição, as políticas antipobreza tenham que ser desenhadas de forma a proporcionar uma assistência integrada à sua clientela em função das carências múltiplas, é em relação à indigência rural que a ação integrada é mais necessária.

É importante observar que, no interior de cada um dos estratos considerados, existe ampla diversidade quanto ao comportamento evolutivo

da pobreza e da indigência, que depende, fundamentalmente, da forma como o desempenho econômico se manifesta localmente e como se rebate sobre o aumento e a distribuição de renda das famílias por meio da intermediação do mercado de trabalho. Naturalmente, tendências demográficas diferenciadas também podem ser relevantes no resultado obtido, principalmente as migrações, como foi o caso da metrópole de São Paulo nos anos 90.

Os resultados detalhados da evolução da indigência e da pobreza entre 2003 e 2004 estão apresentados, respectivamente, nos anexos 2 e 3. Vale destacar que a amostra da PNAD, que cobriu cerca de 140 mil domicílios (cerca de 400 mil pessoas) em 2004, é suficientemente robusta para permitir a derivação de indicadores de pobreza enquanto insuficiência de renda para as unidades da Federação, distinguindo inclusive os estratos urbano e rural em cada uma delas, além de tratar em separado as nove Regiões Metropolitanas e Brasília, o que permite uma gama infindável de análises específicas com ênfase local.

Tabela 3. Evolução da participação na indigência e na pobreza brasileira segundo estratos – 1992, 2003 e 2004

Estratos	Indigência (%)			Pobreza (%)		
	1992	2003	2004	1992	2003	2004
Metropolitano	22,2	30,0	30,9	31,2	35,0	36,3
Urbano	40,6	45,7	45,1	44,5	48,8	48,4
Rural	37,2	24,3	24,0	24,3	16,2	15,3
Brasil	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE, microdados da PNAD.

* Exceto Região Norte rural.

Aqui nos limitaremos a utilizar apenas desagregação possível do estrato metropolitano, o que se justifica por si só pela importância populacional do conjunto. Como os resultados metropolitanos apresentados acima são uma média dos resultados para cada uma das metrópoles, ponderados por peso populacional de cada uma, São Paulo, com uma população de 19,2 milhões, ou 34% da população metropolitana brasileira, tem importância determinante sobre os resultados agregados.

Em função da sua importância relativa, o desempenho adverso da metrópole paulista na redução da pobreza entre 2003 e 2004 afetou desfavoravelmente o resultado para o conjunto de metrópoles. No entanto, é importante notar que as diversas metrópoles tiveram desempenhos diferenciados nesse particular, dependendo de diversos fatores, particularmente condições locais de dinamismo econômico e evolução local do custo de vida para os pobres. A Tabela 4 mostra a evolução verificada quanto à proporção de pobres nas metrópoles.

Cabe notar ainda, que não só entre as metrópoles, São Paulo foi uma exceção no que concerne ao comportamento desfavorável da evolução da pobreza entre 2003 e 2004. Considerando as áreas brasileiras que podem ser analisadas individualmente a partir da amostra da PNAD (ver anexos 2 e 3), a metrópole de São Paulo foi uma das poucas que apresentou evolução adversa da pobreza. É interessante repertoriar quatro fatores explicativos desse resultado, colocando em contraponto a situação da metrópole de Salvador, que apresentou, nesse particular, o desempenho mais favorável em relação à proporção de pobres no período.⁵

Tabela 4. Proporção, número e participação 2003 e 2004 por metrópole

Metrópoles e Brasil	Proporção de pobres (%)			Número de pobres (mil)			Participação (%)		
	2003	2004	△	2003	2004	△%	2003	2004	△
Belém	45,4	40,3	-5,1	803	783	-2,5	3,7	3,7	-0,1
Fortaleza	49,2	48,9	-0,2	1.544	1.579	2,2	7,3	7,5	0,2
Recife	63,3	59,9	-3,4	2.084	2.073	-0,6	9,9	9,9	0,0
Salvador	56,6	51,7	-5,0	1.758	1.630	-7,3	8,3	7,8	-0,5
Belo Horizonte	36,2	34,1	-2,1	1.627	1.563	-3,9	7,7	7,5	-0,2
Rio de Janeiro	34,5	33,6	-0,9	3.666	3.558	-3,0	17,4	17,0	-0,4
São Paulo	41,0	41,6	0,6	7.292	7.506	2,9	34,5	35,8	1,3
Curitiba	26,2	22,4	-3,8	765	680	-11,1	3,6	3,2	-0,4
Porto Alegre	17,8	16,4	-1,4	677	635	-6,2	3,2	3,0	-0,2
Brasília	42,7	42,4	-0,3	912	945	3,6	4,3	4,5	0,2
Total Metrop.	39,8	38,7	-1,1	21.129	20.951	-0,8	100,0	100,0	-
Total Brasil*	35,6	33,2	-2,4	60.363	57.698	-4,4	35,00	36,31	1,31

⁵ O conjunto de indicadores apresentados nos anexos 1 e 2 permitem verificar que, considerando os diferentes aspectos de pobreza enquanto insuficiência de renda, o desempenho de Curitiba e Belém foi melhor que o de Salvador no período.

a) *Fraca criação de postos de trabalho* – a criação de postos de trabalho em São Paulo apresentou uma expansão de 1,9%, bem aquém da média brasileira que é 3,3%, e muito abaixo da verificada em Salvador 6,6% no mesmo período. A esse respeito cabe destacar que Salvador, vem atraindo população em função dos novos pólos de dinamismo econômico, o que levou a um crescimento demográfico de 1,8%. Em São Paulo, o arrefecimento do crescimento demográfico contribuiu para que o agravamento da pobreza não fosse ainda mais acentuado. Na verdade, reduziu-se a atratividade da metrópole aos migrantes, apesar das tradicionais redes de solidariedade que acolhem os recém-chegados, e da percepção positiva desses quanto às vantagens oferecidas por São Paulo em termos de qualidade de serviços públicos e mobilidade econômico-social ascendente.

b) *Evolução desfavorável do rendimento do trabalho* – embora para o conjunto do país o rendimento médio do trabalho tenha ficado estável entre 2003 e 2004, no conjunto das metrópoles houve queda. Isso se deu em função do desempenho adverso das metrópoles com peso relativo mais importante, como São Paulo e Rio de Janeiro. Cabe observar que, embora o rendimento do trabalho seja tradicionalmente mais elevado em São Paulo do que nas demais metrópoles, o que representa um atrativo ponderável para os trabalhadores menos qualificados, a evolução entre 2003 e 2004 foi muito adversa – queda de 5,3% do rendimento médio dos ocupados em São Paulo em relação a 2003 (Tabela 5). Quando se consideram os rendimentos por nível de qualificação, a evolução para os trabalhadores com menor escolaridade foi mais favorável, ficando praticamente estável tanto em Salvador como em São Paulo. No entanto, a queda do número de ocupados com menos de oito anos de escolaridade em São Paulo – que ainda representam espantosos 31% dos ocupados no núcleo urbano mais importante e avançado do país –, fez com que o rendimento total do trabalho desse grupo fosse reduzido em 1,5% em termos reais, o que certamente teve algum impacto sobre a pobreza em São Paulo. Em Salvador, embora os trabalhadores menos qualificados (menos de oito anos de estudo) também vêm perdendo participação na força de trabalho – o que é um fenômeno geral no país – houve, ao contrário de São Paulo, algum aumento do número de ocupados e, em consequência, aumento do seu rendimento total em 2,9%.

c) Aumento relativamente forte do custo de vida dos pobres – os valores utilizados como linhas de pobreza (anexo 1) levam em conta custos de vida diferenciados entre metrópoles. Desse modo, os valores para São Paulo, refletindo a estrutura de consumo dos pobres naquela metrópole e os preços praticados localmente, são sempre os mais altos do Brasil, o que é compatível com necessidades e custos mais elevados de despesas, tais como habitação, vestuário, transporte e comunicação, na metrópole paulista. De 2003 para 2004, a linha de pobreza de São Paulo apresentou um aumento relativamente forte (+5,29%), passando de R\$ 238,20 para R\$ 250,79. Em Salvador, a linha de pobreza que se situa a um nível bem mais baixo, também se elevou, mas em grau mais moderado (+3,75%), passando de R\$ 174,64 para R\$ 181,19. Vale destacar que o resultado para Salvador foi afetado pela deflação do preço dos alimentos entre 2003 e 2004 (-1,3%).

d) O menor impacto positivo de valores fixados com base em parâmetros nacionais – como se viu, o custo de vida é mais baixo em Salvador do que em São Paulo. Em consequência, impacto na redução da pobreza de benefícios cujos valores são fixados nacionalmente – tanto os previdenciários e assistenciais, como os associados às transferências dos novos programas no âmbito do Bolsa Família – é necessariamente menor na metrópole paulista. A guisa de ilustração, o salário mínimo, o qual se iguala a grande maioria de benefícios previdenciários (pensões e aposentadorias) e assistenciais (benefícios de prestação continuada a idosos e portadores de deficiência), era de R\$ 260,0 em setembro de 2004, superior em apenas 3,7% à linha de pobreza em São Paulo. Em contrapartida, o salário mínimo era 43,5% superior à linha de pobreza de Salvador (R\$ 181,19) na mesma data.

A Tabela 5 apresenta de forma sintética indicadores que explicam a evolução adversa da pobreza em São Paulo, permitindo comparar com os resultados verificados em Salvador. Naturalmente, esses indicadores refletem também diferenças de dinamismo econômico das duas metrópoles no período em questão, cuja análise transcende o objetivo desta nota.

A respeito dos resultados adversos para São Paulo que se verificaram em termos da evolução da proporção de pobres, vale fazer algumas observações.

A primeira é que o resultado recente não se constitui num fato isolado, mas dá continuidade à tendência robusta de aumento da proporção de pobres que se verificou ao longo da última década, tendo

como exceção apenas 2001, quando São Paulo ainda se beneficiava da retomada após a desvalorização cambial de 1999. Os dados da Tabela 6, organizados no Gráfico 4, mostram ano a ano esse agravamento. Fica descartada, portanto, a idéia de que se tratou de um efeito pontual e atípico quanto ao comportamento do indicador.

Tabela 5. Indicadores selecionados - São Paulo e Salvador - 2003 e 2004

	São Paulo			Salvador		
	2003	2004	△%	2003	2004	△%
População residente (mil)	18.907	19.178	1,4	3.240	3.299	1,8
Ocupados (mil)**						
Total	7.960	8.113	1,9	1.328	1.416	6,6
Com menos de 8 anos de estudo	2.539	2.486	-2,1	514	526	2,2
Rendimento médio (R\$*)						
Total	1.082,82	1.025,37	-5,3	630,72	609,34	-3,4
Com menos de 8 anos de estudo	550,22	553,82	0,7	299,56	301,51	0,7
Rendimento total (R\$ milhões*)						
Total	8.619	8.319	-3,5	838	863	3,0
Com menos de 8 anos de estudo	1.397	1.377	-1,5	154	159	2,9

Fonte: IBGE, microdados da PNAD

* A preços de setembro de 2004 (deflator INPC)

** Exclui aqueles em atividades de próprio consumo e próprio uso.

Tabela 6. Evolução comparada da proporção de pobres Brasil Total, Brasil Metropolitano e Metrópole de São Paulo

	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Brasil*	33,2	34,1	34,1	33,4	34,9	35,1	34,0	35,6	33,2
Brasil Metropolitano	31,2	32,7	33,2	33,7	36,9	37,4	37,0	39,8	38,7
São Paulo Metropolitano	26,9	29,7	32,1	33,0	39,0	38,1	39,9	41,0	41,6

Fonte: PNAD-IBGE

* Rural Norte só inclui Tocantins

A segunda observação tem a ver com o comportamento dos outros indicadores de insuficiência de renda, isto é, hiato e hiato quadrático. Embora entre 2003 e 2004 a renda média dos pobres, assim como a distribuição do rendimento entre os pobres tenha melhorado, de modo a reverter a evolução adversa da proporção quando se observa o comportamento do hiato

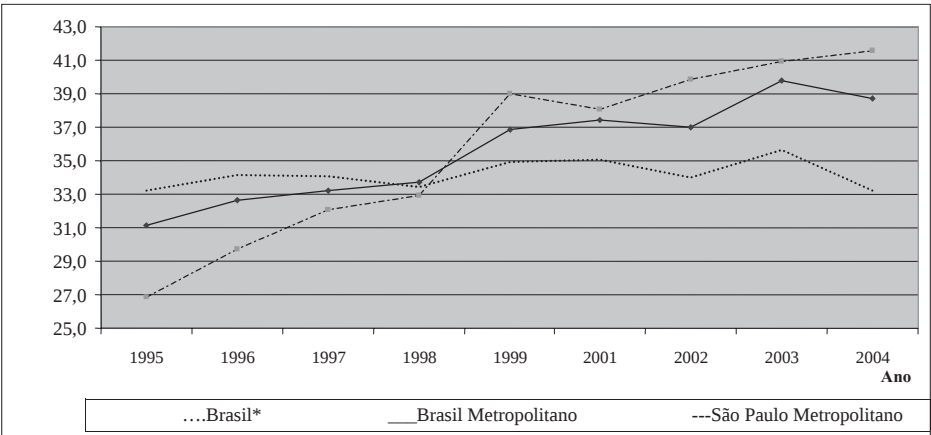


Gráfico 4. Evolução comparada da proporção de pobres
Brasil, Metrôpoles e Metrôpole Paulista

quadrático, ao longo do período 1995-2004 ocorreu um inequívoco agravamento da pobreza enquanto insuficiência de renda sob todos os seus aspectos, e não apenas o da proporção. A Tabela 7 apresenta os indicadores de hiato e hiato quadrático para a metrópole paulista no início e no final do período em análise de modo a evidenciar este fenômeno.

Tabela 7. Evolução do hiato e do hiato quadrático
Metrôpole de São Paulo - 1995, 2003 e 2004

Indicador	1995	2003	2004
Hiato de renda	0,435	0,491	0,452
Hiato quadrático	0,074	0,132	0,118

Fonte: PNAD-IBGE

Uma terceira observação tem a ver com as tendências diferenciadas dos indicadores de pobreza e de indigência na metrópole paulista. Nos dois últimos anos, a evolução dos indicadores de indigência na metrópole paulista foram favoráveis, variando no sentido e na intensidade do comportamento de forma semelhante à verificada para o país como um todo (ver anexo 2). Isso significa que, no Brasil como um todo, houve uma queda de dois pontos percentuais na proporção de indigentes, o que teve o efeito de aumentar o hiato de renda, mas sem chegar a reverter o impacto positivo sobre o hiato

quadrático, que leva em conta, de forma sintética os três componentes da pobreza enquanto insuficiência de renda (isto é, número de pobres, intensidade da pobreza, e desigualdade de renda entre os pobres). No entanto, no prazo mais longo, considerando como ponto de partida os resultados de 1995, portanto com melhorias ocorridas após a estabilização monetária já incorporadas, os resultados da evolução da indigência na metrópole paulista são claramente adversos, apesar da pequena melhora no hiato de renda (Tabela 8).

Tabela 8. Indicadores de indigência
Metrópole de São Paulo - 1995, 2003 e 2004

Indicador	1995	2003	2004
Proporção (%)	5,6	9,2	7,2
Hiato de renda	0,687	0,061	0,632
Hiato quadrático	0,034	0,047	0,039

Fonte: PNAD-IBGE

Finalmente, uma quarta e última consideração se refere aos parâmetros de renda utilizados como linhas de pobreza (LP) e de indigência (LI) para as metrópoles, em particular para a metrópole de São Paulo, e as implicações sobre os resultados. Em 2004, a LP para São Paulo foi a mais alta do Brasil, R\$ 250,79 per capita/mensal, aliás, tal como aconteceu ao longo de toda a série. A linha de indigência foi a segunda maior, apresentando valor próximo ao estabelecido para a metrópole do Rio de Janeiro (respectivamente, R\$ 66,64 e R\$ 67,53) (ver anexo 1). A esse respeito cabe lembrar que os parâmetros foram definidos a partir de consumo observado, levando em conta a composição das despesas das famílias de baixa renda de forma específica em cada metrópole. Nesse sentido, os valores mais altos em São Paulo refletem custos de vida mais elevados para os pobres naquela metrópole. Assim, embora as comparações em *cross-section* envolvendo áreas metropolitanas e não-metropolitanas sejam mais frágeis, dada a forma de ajuste anual das LIs e LPs para as áreas não-metropolitanas (urbanas e rurais), os resultados obtidos para as metrópoles são rigorosamente comparáveis ao longo do tempo e em *cross section* entre elas, de forma que o agravamento da pobreza e da indigência na metrópole de São Paulo, observado na série temporal, é inequívoca ao longo do período observado.

5. NÍVEL E COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR

A variável relevante quando se trata de medir pobreza sobre a ótica da renda é a renda familiar ou domiciliar per capita, que resulta da repartição solidária dos rendimentos de todas as origens (trabalho, aposentadorias, pensões, doações, transferências, aluguéis, juros, etc.), recebidos por todos os membros da família ou do domicílio.

Nesse sentido, a forma como evoluiu a composição da renda familiar fornece alguns elementos para compreender a redução da pobreza e da indigência entre 2003 e 2004.

Para o conjunto das famílias brasileiras, a renda total cresceu em 4,5% entre 2003 e 2004, mas sua composição, segundo origem da renda, ficou praticamente inalterada, cabendo, no entanto, destacar dois aspectos.

Por um lado, a renda do trabalho é – e não poderia deixar de ser – o componente principal da renda das famílias brasileiras, sendo responsável por pouco mais de $\frac{3}{4}$ da renda total, mesmo para as mais pobres (até R\$ 100,00 de renda familiar per capita). Na verdade, a importância do trabalho como fonte de rendimento vai além, pois parte ponderável das aposentadorias e pensões é apenas renda do trabalho diferida no tempo por meio de mecanismos de previdência.

Entre 2003 e 2004 o desempenho do mercado de trabalho foi, sem dúvida, favorável. Houve um aumento robusto da taxa de ocupação, que significou a criação de 2,7 milhões de postos de trabalho. No entanto, essa expansão da ocupação na esteira da retomada do nível de atividade se fez acompanhar pela estagnação do rendimento do trabalho, que, em termos reais, se manteve ao mesmo nível de 2003. Assim, o resultado consolidado em termos de aumento do rendimento do trabalho (+4,27%) se deveu, exclusivamente, ao aumento da ocupação.

No entanto, as mudanças da ocupação e do rendimento se deram de forma diferente conforme o nível de escolaridade. Assim, apesar de ter havido forte redução da ocupação de trabalhadores com menos de oito anos de escolaridade (menos 480 mil trabalhadores), esses tiveram algum ganho do rendimento médio, o que se deve em parte à valorização real do salário mínimo numa conjuntura de expansão da atividade econômica. Por outro lado, o aumento da ocupação para trabalhadores com oito ou mais anos de estudo se deu com rendimento médio em declínio.

Apesar das mudanças na ocupação, desfavoráveis ao menos escolarizados, a entrada de membros mais escolarizados das famílias pobres no mercado de trabalho levou ao aumento da renda do trabalho para as famílias com rendimento inferior a R\$ 100,00 per capita, valor usado como referência nas políticas de transferência de renda do governo federal. No entanto, a participação do trabalho na renda dessas famílias declina de 79% em 2003 para 77% em 2004 em função da importância crescente das transferências monetárias.

Por outro lado, a renda oriunda de juros, rendimentos de capital e outros rendimentos aumentou em 58% sua participação de composição da renda das famílias entre 2003 e 2004. No entanto, sua importância permanece marginal no total da renda, passando de 1% em 2003, para 1,6% em 2004.⁶ Cabe destacar que a PNAD investiga esses rendimentos residuais diversos num único quesito, que inclui as transferências de renda focalizadas nas famílias mais pobres, com importância crescente no âmbito do gasto social brasileiro. Em setembro de 2004 o valor total das transferências realizadas no âmbito do Bolsa Família, considerando também o conjunto de programas federais pré-existent, tais como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás, Peti, etc., chegou a R\$ 509 milhões.

O segundo gráfico da Figura 1 ilustra como a composição da renda se altera conforme o nível de renda familiar. Para famílias com renda familiar per capita inferior a R\$100,00 em 2004, portanto correspondendo aos pobres beneficiados pelos programas federais de transferência de renda, a participação dos rendimentos que incluem essas transferências passou de 5,6% em 2003 para 10,2% em 2004. Como essas famílias muito pobres certamente não recebem juros, o crescimento da rubrica se deve, certamente, aos novos programas de transferência de renda. Segundo dados do suplemento da PNAD, pouco mais de oito milhões de famílias declararam receber pelo menos um benefício dos programas de transferência de renda, sendo que o total de benefícios recebidos declarados chegou a 12,2 milhões, o que significa uma média de 1,5 por família.

⁶ Como se sabe, juros e rendimentos de capital são informações difíceis de serem obtidas em inquéritos domiciliares, particularmente em pesquisas de objetivos múltiplos como a PNAD. Neste sentido, é sabido que a PNAD subestima fortemente esses rendimentos, o que, no entanto, não prejudica a comparação da composição da renda ou do nível de desigualdade em anos subsequentes.

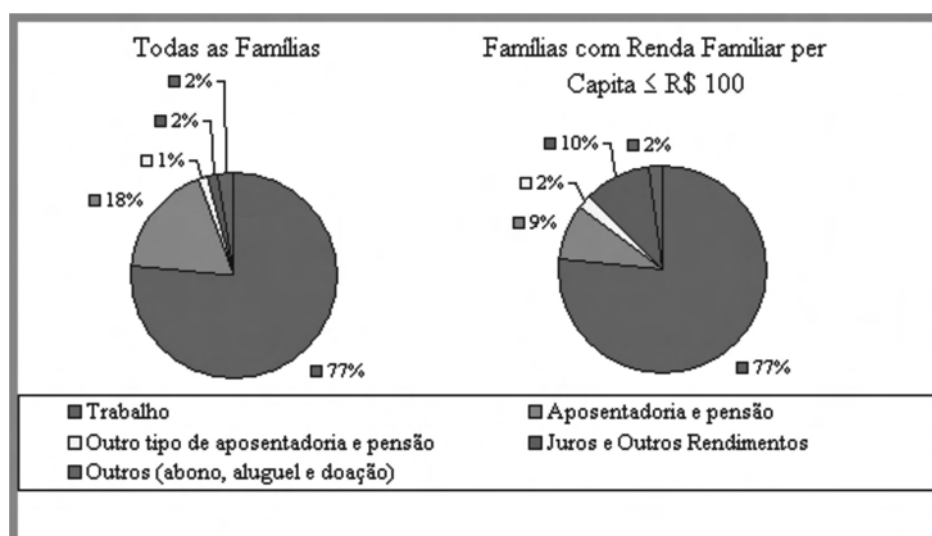


Figura 1. Composição da renda familiar no Brasil – 2004

Tabela 9. Razão do hiato da renda, segundo estratos – 2003 e 2004

Brasil e estratos	2003	2004
Brasil	0,47	0,44
Metropolitano	0,48	0,46
Urbano	0,46	0,44
Rural	0,45	0,44

Fonte: IBGE, microdados da PNAD.

Finalmente, vale a pena lembrar que o aumento do volume de transferências beneficiou não somente os indivíduos que deixaram de ser pobres com a renda adicional, reduzindo o indicador de proporção, como também indivíduos que permaneceram pobres, mas tiveram melhoria da renda. Assim, o indicador denominado “hiato da renda” mostra redução da intensidade da pobreza em relação à situação de 2003 para os indivíduos que permaneceram pobres em 2004, isto é, com renda familiar per capita abaixo da linha de pobreza. Os dados da PNAD 2004 revelam que ocorreu uma redução do hiato entre a renda dos pobres e o valor da linha de pobreza (Tabela 11). Enquanto em 2003 a renda média dos pobres correspondia a 53% ou pouco mais da metade do valor da linha de pobreza, faltando,

portanto, 47% para atingi-la em 2004, essa diferença de renda reduziu-se para 44%. Cabe observar que o efeito se deu em áreas urbanas, rurais e metropolitanas, aproximando o nível de intensidade da pobreza nas diferentes áreas do país. É especialmente importante a redução do número de famílias com renda zero, que, por natureza, constituem a população-alvo prioritária dos programas de transferência de renda do governo, de 1,8 milhão em 2003 para 1,6 milhão em 2004.

6. CONCLUSÕES

Os dados da PNAD 2004 revelaram uma redução da pobreza e da indigência para o país como um todo. Esse resultado pode ser observado também na maioria das áreas – urbanas e rurais das unidades da Federação, Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – que podem ser analisadas com a amostra da PNAD. No entanto, existem diferenças de intensidade e peculiaridades locais. Foi destacado neste texto o caso da metrópole paulista que tem apresentado uma tendência sustentada de agravamento dos indicadores de pobreza enquanto insuficiência de renda.

Vale, no entanto, fazer algumas considerações de ordem geral sobre os principais fatores determinantes da melhoria ocorrida, que foi sem dúvida a tendência dominante.

Por um lado, a expansão da renda do trabalho. Assim, apesar de o rendimento médio do trabalho ter ficado praticamente estável, a forte expansão da ocupação aliada ao aumento dos rendimentos na base da distribuição foram os principais determinantes para a redução da pobreza e da indigência entre 2003 e 2004. O ganho real do salário mínimo – 2,25% acima do INPC – certamente contribuiu para que o rendimento médio real para os ocupados com rendimentos entre um e dois salários mínimos apresentasse um ganho real de 4,2% (passando de R\$ 374,8 para R\$ 390,4). Essa evolução é especialmente relevante porque trabalhadores nessa faixa de rendimento se constituem num contingente expressivo – 24 milhões de trabalhadores ou 27,6% do total de ocupados. Vale ressaltar ainda que a entrada de trabalhadores mais qualificados certamente ajudou na redução da incidência de pobreza, por meio da formação solidária da renda familiar, já que os membros da família, com qualificação e inserção diferenciada no mercado de trabalho, contribuem para o valor que é repartido igualmente, isto é, em bases per capita.

Por outro lado, a expansão dos sistemas de previdência e assistência social. O aumento real do salário mínimo tem efeito significativo ao

indexar o valor mínimo dos benefícios previdenciários, assim como os assistenciais de caráter constitucional. Concomitantemente, deu-se uma expansão significativa da clientela do Loas/BPC, cujo número de beneficiários passou de 1,7 milhões em setembro de 2003 para 2,0 milhões em setembro de 2004, uma expansão de 19,5% em um ano. Como resultado, o valor mensal pago no mês de referência da PNAD pelo Loas/BPC aumentou de 401,6 milhões em setembro 2003 para 518,5 milhões em setembro de 2004, um acréscimo de 28,8% em valores constantes. Essa evolução está associada tanto a uma expansão forte de cobertura como ao ganho real do valor do salário mínimo, que define o valor desses benefícios.

Paralelamente aos programas assistenciais constitucionais, ocorreu forte ampliação da cobertura dos novos programas de transferência de renda, que vêm sendo integrados paulatinamente no Bolsa Família. Em 2004, esses programas, em termos de dispêndio total, já equivaliam aproximadamente aos programas assistenciais constitucionais. Certamente, essas transferências, mesmo com eventuais problemas de focalização, contribuíram para redução da pobreza e da indigência. Como resultado houve forte aumento de “outros rendimentos” na formação da renda das famílias que constituem a população-alvo desses benefícios, isto é, famílias com renda familiar per capita inferior a R\$ 100,0: sua participação passou de 5,6% para 10%, contribuindo tanto para reduzir a proporção de pobres, como também elevar o nível de renda daqueles que permaneceram abaixo da linha de pobreza.

Há que considerar ainda as mudanças que afetaram o custo de vida dos pobres, contribuindo para a redução da pobreza via valor das linhas de pobreza e de indigência. É o caso do comportamento favorável do preço dos alimentos. Embora se verifique no Brasil uma tendência robusta de queda dos preços alimentares no longo prazo, a evolução particularmente favorável ocorrida em 2004 certamente contribuiu para reduzir pobreza e indigência. O INPC alimentação ficou em 4%, bem abaixo do INPC geral (6%). Cabe notar que a deflação do preço dos alimentos em Salvador, assim como a virtual estabilidade em Recife, teve impactos favoráveis sobre os indicadores de indigência, mas também afetaram os indicadores de pobreza devido à participação relativamente elevada dos gastos alimentares no conjunto das despesas dos pobres.

Finalmente, é importante frisar que embora o sistema de previdência e de assistência social assim como os novos programas de transferência de renda no âmbito do Bolsa Família tenham contribuído no sentido de reduzir a pobreza e a indigência, foi o comportamento do mercado de trabalho,

como é desejável, o fator fundamental para o aumento da renda real das famílias, levando à redução da pobreza e da indigência no período em questão.

**Anexo 1. Valor das linhas de pobreza e de indigência
(R\$ per capita/por mês) Setembro de 2004**

Regiões e estratos	Linha	
	Indigência	Pobreza
Norte		
Belém	47,03	142,86
Urbano	46,29	124,53
Rural	30,81	62,47
Nordeste		
Fortaleza	48,84	140,35
Recife	60,92	199,81
Salvador	58,15	181,19
Urbano	42,21	122,62
Rural	36,67	73,96
Minas Gerais/Espírito Santo		
Belo Horizonte	51,79	175,24
Urbano	44,64	117,82
Rural	35,81	69,75
Rio de Janeiro		
Metrópole	67,53	209,78
Urbano	49,02	130,52
Rural	38,71	95,28
São Paulo		
Metrópole	66,64	250,79
Urbano	54,39	160,25
Rural	42,77	100,82
Sul		
Curitiba	47,83	168,54
P.Alegre	51,72	132,28
Urbano	45,04	112,96
Rural	35,52	76,15
Centro-Oeste		
Brasília	54,62	240,15
Goiânia	53,52	222,86
Urbano	46,57	169,69
Rural	35,06	97,46

Fonte: Rocha

Anexo 2. Indicadores de indigência 2003-2004
Unidades da Federação e estratos urbano, rural e metropolitano

Norte	Número de indigentes		Proporção de indigentes (%)		Hiato de renda		Hiato quadrático	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Rondônia	58.177	44.443	6,0	4,4	0,615	0,612	0,031	0,023
Urbano	58.177	44.443	6,0	4,4	0,615	0,612	0,031	0,023
Acre	51.884	41.349	12,8	9,7	0,515	0,521	0,047	0,038
Urbano	51.884	41.349	12,8	9,7	0,515	0,521	0,047	0,038
Amazonas	294.032	242.394	12,6	9,9	0,595	0,672	0,064	0,059
Urbano	294.032	242.394	12,6	9,9	0,595	0,672	0,064	0,059
Roraima	28.005	49.398	9,9	16,5	0,588	0,574	0,043	0,073
Urbano	28.005	49.398	9,9	16,5	0,588	0,574	0,043	0,073
Pará	496.209	432.042	11,0	8,8	0,555	0,551	0,049	0,039
Belém	206.876	173.784	11,7	9,0	0,662	0,606	0,065	0,045
Urbano	289.333	258.258	10,6	8,7	0,478	0,513	0,039	0,035
Amapá	64.224	51.913	13,2	10,1	0,578	0,501	0,062	0,038
Urbano	64.224	51.913	13,2	10,1	0,578	0,501	0,062	0,038
Tocantins	79.916	57.638	9,1	6,4	0,575	0,523	0,043	0,025
Urbano	79.916	57.638	9,1	6,4	0,575	0,523	0,043	0,025
NORTE	1.072.447	919.177	10,9	8,7	0,571	0,581	0,051	0,042
Metropolitano	206.876	173.784	11,7	9,0	0,662	0,606	0,065	0,045
Urbano	865.571	745.393	10,7	8,7	0,549	0,575	0,048	0,041
Nordeste	Número de indigentes		Proporção de indigentes (%)		Hiato de renda		Hiato quadrático	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Maranhão	1.174.870	1.197.118	20,1	20,6	0,480	0,516	0,066	0,077
Urbano	660.974	650.366	16,7	16,2	0,468	0,543	0,056	0,066
Rural	513.896	546.752	27,2	30,2	0,495	0,483	0,088	0,102
Piauí	709.785	472.297	24,6	16,0	0,475	0,482	0,077	0,052
Urbano	326.378	205.841	18,2	11,2	0,496	0,497	0,064	0,039
Rural	383.407	266.456	35,2	23,8	0,458	0,471	0,098	0,075
Ceará	1.369.297	1.144.363	17,8	14,6	0,487	0,461	0,060	0,045
Fortaleza	390.906	349.027	12,4	10,8	0,559	0,582	0,056	0,050
Urbano	491.643	445.822	17,8	15,6	0,468	0,423	0,057	0,041
Rural	486.748	349.514	27,5	19,8	0,448	0,389	0,074	0,043
Rio Grande do Norte	427.328	364.194	14,8	12,3	0,484	0,571	0,050	0,055
Urbano	265.320	248.568	12,7	11,3	0,511	0,615	0,047	0,056
Rural	162.008	115.626	20,3	15,0	0,440	0,477	0,059	0,051
Paraíba	535.202	440.296	15,3	12,4	0,467	0,509	0,050	0,046
Urbano	342.858	309.204	12,8	11,5	0,492	0,536	0,047	0,047
Rural	192.344	131.092	23,3	15,3	0,422	0,447	0,060	0,042
Pernambuco	1.715.882	1.372.051	21,7	16,8	0,499	0,508	0,080	0,063
Recife	747.858	609.465	22,7	17,6	0,532	0,519	0,096	0,068
Urbano	477.126	342.452	17,6	12,2	0,497	0,525	0,064	0,049
Rural	490.898	420.134	25,8	22,2	0,450	0,479	0,075	0,074
Alagoas	575.532	529.780	19,8	18,0	0,437	0,515	0,057	0,068
Urbano	318.217	278.974	16,3	14,4	0,443	0,596	0,050	0,068
Rural	257.315	250.806	26,6	24,9	0,429	0,425	0,069	0,066
Sergipe	271.440	150.905	14,6	7,9	0,473	0,451	0,048	0,024
Urbano	217.344	116.441	14,4	7,4	0,488	0,476	0,051	0,025

Norte	Número de indigentes		Proporção de indigentes (%)		Hiato de renda		Hiato quadrático	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Rural	54.096	34.464	15,6	10,3	0,415	0,365	0,037	0,021
Bahia	2.299.494	1.721.580	17,5	12,9	0,482	0,510	0,061	0,049
Salvador	553.279	447.030	17,8	14,2	0,583	0,557	0,082	0,061
Urbano	897.307	644.184	15,7	10,9	0,468	0,525	0,053	0,043
Rural	848.908	630.366	19,7	14,7	0,431	0,461	0,056	0,048
NORDESTE	9.078.830	7.392.584	18,7	14,9	0,481	0,503	0,063	0,054
Metropolitano	1.692.043	1.405.522	17,7	14,3	0,555	0,547	0,078	0,060
Urbano	3.997.167	3.241.852	15,9	12,6	0,478	0,525	0,054	0,049
Rural	3.389.620	2.745.210	24,4	19,8	0,448	0,455	0,070	0,060
Sudeste	Número de indigentes		Proporção de indigentes (%)		Hiato de renda		Hiato quadrático	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Minas Gerais	1.299.905	958.631	7,1	5,1	0,560	0,599	0,032	0,025
Belo Horizonte	254.872	240.441	5,7	5,2	0,606	0,608	0,029	0,027
Urbano	744.901	570.618	6,8	5,1	0,571	0,596	0,032	0,024
Rural	300.132	147.572	11,0	5,3	0,496	0,593	0,040	0,025
Espírito Santo	200.340	167.275	6,3	5,1	0,636	0,670	0,033	0,029
Urbano	142.634	129.690	5,5	4,8	0,713	0,696	0,034	0,029
Rural	57.706	37.585	9,8	6,5	0,447	0,581	0,030	0,029
Rio de Janeiro	940.203	892.397	6,6	6,3	0,561	0,558	0,030	0,029
Metrópole	784.348	737.453	7,4	7,0	0,533	0,537	0,031	0,031
Urbano	145.471	139.715	4,5	4,2	0,683	0,684	0,027	0,026
Rural	10.384	15.229	2,5	3,8	0,936	0,452	0,023	0,014
São Paulo	2.462.593	2.030.050	6,5	5,3	0,608	0,618	0,034	0,028
Metrópole	1.634.349	1.308.273	9,2	7,2	0,610	0,632	0,047	0,039
Urbano	774.506	653.201	4,2	3,4	0,597	0,588	0,022	0,017
Rural	53.738	68.576	3,8	4,7	0,679	0,616	0,023	0,025
SUDESTE	4.903.041	4.048.353	6,7	5,4	0,587	0,602	0,033	0,027
Metropolitano	2.673.569	2.286.167	8,1	6,9	0,587	0,599	0,040	0,035
Urbano	1.807.512	1.493.224	5,1	4,1	0,602	0,610	0,026	0,021
Rural	421.960	268.962	8,2	5,1	0,523	0,589	0,033	0,025
Sul	Número de indigentes		Proporção de indigentes (%)		Hiato de renda		Hiato quadrático	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Paraná	421.984	368.065	4,3	3,7	0,600	0,603	0,022	0,018
Curitiba	128.811	84.752	4,4	2,8	0,677	0,686	0,027	0,017
Urbano	221.677	197.839	4,0	3,5	0,588	0,583	0,020	0,016
Rural	71.496	85.474	5,4	6,2	0,502	0,566	0,020	0,027
Santa Catarina	157.509	110.056	2,9	1,9	0,732	0,650	0,019	0,011
Urbano	136.627	75.294	3,0	1,6	0,729	0,729	0,021	0,011
Rural	20.882	34.762	2,1	3,4	0,747	0,479	0,014	0,012
Rio Grande do Sul	479.977	442.753	4,6	4,2	0,588	0,570	0,022	0,020
Porto Alegre	176.067	161.590	4,6	4,2	0,612	0,580	0,023	0,021
Urbano	219.392	168.236	4,6	3,5	0,590	0,585	0,023	0,016
Rural	84.518	112.927	4,7	6,2	0,532	0,533	0,020	0,025

Norte	Número de indigentes		Proporção de indigentes (%)		Hiato de renda		Hiato quadrático	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004
SUL	1.059.470	920.874	4,1	3,5	0,614	0,593	0,022	0,017
Metropolitano	304.878	246.342	4,5	3,6	0,640	0,617	0,025	0,019
Urbano	577.696	441.369	3,9	2,9	0,622	0,609	0,021	0,015
Rural	176.896	233.163	4,3	5,5	0,545	0,537	0,019	0,023
Centro-Oeste	Número de indigentes		Proporção de indigentes (%)		Hiato de renda		Hiato quadrático	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Mato Grosso do Sul	110.227	120.289	5,1	5,4	0,625	0,618	0,027	0,028
Urbano	85.877	92.234	4,7	4,9	0,609	0,630	0,024	0,026
Rural	24.350	28.055	7,5	8,6	0,682	0,578	0,044	0,038
Mato Grosso	151.698	108.226	5,9	4,0	0,680	0,673	0,035	0,024
Urbano	103.628	73.579	5,2	3,5	0,711	0,680	0,034	0,021
Rural	48.070	34.647	8,1	5,5	0,612	0,657	0,042	0,034
Goiás	326.508	202.795	6,2	3,7	0,644	0,662	0,034	0,022
Urbano	273.928	181.756	5,9	3,8	0,659	0,670	0,034	0,022
Rural	52.580	21.039	8,1	3,1	0,567	0,588	0,037	0,015
Distrito Federal	188.033	182.684	8,8	8,2	0,579	0,645	0,044	0,046
CFNTRC-OFSTF	776.466	613.994	6,4	4,8	0,633	0,650	0,035	0,027
D.F.	188.033	182.684	8,8	8,2	0,579	0,645	0,044	0,046
Urbano	463.433	347.569	5,5	3,9	0,661	0,662	0,032	0,023
Rural	125.000	83.741	8,0	5,1	0,607	0,613	0,040	0,027
Brasil	Número de indigentes		Proporção de indigentes (%)		Hiato de renda		Hiato quadrático	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Norte	1.072.447	919.177	10,9	8,7	0,571	0,581	0,051	0,042
Nordeste	9.078.830	7.392.584	18,7	14,9	0,481	0,503	0,063	0,054
Sudeste	4.903.041	4.048.353	6,7	5,4	0,587	0,602	0,033	0,027
Sul	1.059.470	920.874	4,1	3,5	0,614	0,593	0,022	0,017
Centro-Oeste	776.466	613.994	6,4	4,8	0,633	0,650	0,035	0,027
BRASIL	16.890.254	13.894.982	10,0	8,0	0,533	0,550	0,041	0,034
Metropolitano	5.065.399	4.294.499	9,5	7,9	0,582	0,585	0,046	0,038
Urbano	7.711.379	6.269.407	8,4	6,6	0,537	0,565	0,035	0,030
Rural	4.113.476	3.331.076	16,6	13,3	0,465	0,476	0,051	0,044

Fonte: IBGE / PNAD, 2003 e 2004 - Tabulações especiais

Anexo 3. Indicadores de pobreza – 2003 e 2004
Unidades da Federação e estratos urbano, rural e metropolitano

Norte	Número de pobres		Proporção de pobres (%)		Hiato de renda		Hiato quadrático	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Rondônia	286.426	230.965	29,7	22,9	0,404	0,376	0,072	0,051
Urbano	286.426	230.965	29,7	22,9	0,404	0,376	0,072	0,051
Acre	165.883	167.892	40,8	39,5	0,480	0,461	0,128	0,111
Urbano	165.883	167.892	40,8	39,5	0,480	0,461	0,128	0,111
Amazonas	992.222	863.232	42,7	35,4	0,485	0,483	0,137	0,113
Urbano	992.222	863.232	42,7	35,4	0,485	0,483	0,137	0,113
Roraima	105.661	137.263	37,5	45,7	0,461	0,536	0,108	0,166
Urbano	105.661	137.263	37,5	45,7	0,461	0,536	0,108	0,166
Pará	2.067.870	1.971.148	45,9	40,0	0,453	0,429	0,129	0,104
Belém	802.886	782.876	45,4	40,3	0,472	0,442	0,143	0,112
Urbano	1.264.984	1.188.272	46,3	39,8	0,442	0,420	0,121	0,098
Amapá	194.585	211.584	39,9	41,3	0,518	0,453	0,138	0,113
Urbano	194.585	211.584	39,9	41,3	0,518	0,453	0,138	0,113
Tocantins	335.154	273.343	38,0	30,5	0,438	0,420	0,102	0,075
Urbano	335.154	273.343	38,0	30,5	0,438	0,420	0,102	0,075
NORTE	4.147.801	3.855.427	42,1	36,7	0,461	0,444	0,123	0,101
Metropolitano	802.886	782.876	45,4	40,3	0,472	0,442	0,143	0,112
Urbano	3.344.915	3.072.551	41,4	35,9	0,458	0,444	0,119	0,098
Nordeste	Número de pobres		Proporção de pobres (%)		Hiato de renda		Hiato quadrático	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Maranhão	3.163.394	3.112.352	54,2	53,5	0,500	0,512	0,174	0,182
Urbano	2.133.969	2.018.045	54,0	50,4	0,497	0,513	0,171	0,173
Rural	1.029.425	1.094.307	54,6	60,5	0,504	0,510	0,181	0,203
Piauí	1.485.770	1.396.507	51,6	47,3	0,533	0,469	0,185	0,139
Urbano	832.503	826.510	46,5	45,0	0,529	0,451	0,168	0,125
Rural	653.267	569.997	59,9	50,9	0,538	0,496	0,213	0,163
Ceará	3.965.618	4.030.612	51,7	51,4	0,496	0,453	0,164	0,142
Fortaleza	1.544.345	1.579.066	49,2	48,9	0,476	0,446	0,148	0,136
Urbano	1.472.003	1.538.694	53,3	54,0	0,519	0,476	0,179	0,159
Rural	949.270	912.852	53,7	51,7	0,492	0,428	0,169	0,128
Rio Grande do Norte	1.241.119	1.204.435	42,9	40,6	0,474	0,481	0,129	0,126
Urbano	858.403	901.112	41,0	41,1	0,487	0,487	0,129	0,131
Rural	382.716	303.323	47,9	39,2	0,443	0,462	0,131	0,111
Paraíba	1.667.156	1.626.007	47,5	45,9	0,477	0,463	0,141	0,131
Urbano	1.261.793	1.248.091	47,1	46,5	0,478	0,475	0,140	0,138
Rural	405.363	377.916	49,1	44,0	0,475	0,423	0,144	0,109
Pernambuco	4.551.287	4.377.283	57,6	53,7	0,521	0,504	0,201	0,176
Recife	2.084.421	2.072.678	63,3	59,9	0,547	0,537	0,240	0,215
Urbano	1.474.217	1.352.921	54,5	48,3	0,517	0,475	0,184	0,145
Rural	992.649	951.684	52,2	50,2	0,469	0,475	0,157	0,153
Alagoas	1.619.916	1.519.383	55,6	51,6	0,484	0,495	0,167	0,166
Urbano	1.050.337	981.884	54,0	50,7	0,496	0,505	0,167	0,169
Rural	569.579	537.499	58,9	53,4	0,463	0,476	0,166	0,159

Norte	Número de pobres		Proporção de pobres (%)		Hiato de renda		Hiato quadrático	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Sergipe	776.323	700.004	41,8	36,5	0,487	0,428	0,132	0,091
Urbano	624.340	585.232	41,4	37,0	0,506	0,433	0,138	0,094
Rural	151.983	114.772	43,8	34,3	0,406	0,401	0,102	0,074
Bahia	6.749.914	6.034.107	51,4	45,3	0,487	0,462	0,160	0,131
Salvador	1.758.497	1.629.662	56,6	51,7	0,529	0,498	0,203	0,170
Urbano	2.841.346	2.671.253	49,7	45,4	0,502	0,464	0,160	0,130
Rural	2.150.071	1.733.192	49,9	40,5	0,435	0,424	0,130	0,104
NORDESTE	25.220.497	24.000.690	51,9	48,5	0,497	0,477	0,167	0,147
Metropolitano	5.387.263	5.281.406	56,5	53,6	0,521	0,498	0,198	0,174
Urbano	12.548.911	12.123.742	49,9	47,0	0,503	0,479	0,161	0,143
Rural	7.284.323	6.595.542	52,4	47,6	0,470	0,458	0,155	0,135
Sudeste	Número de pobres		Proporção de pobres (%)		Hiato de renda		Hiato quadrático	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Minas Gerais	5.201.418	4.835.389	28,5	25,9	0,438	0,408	0,077	0,063
Belo Horizonte	1.627.243	1.563.412	36,2	34,1	0,426	0,414	0,092	0,084
Urbano	2.793.235	2.624.432	25,3	23,3	0,449	0,421	0,072	0,058
Rural	780.940	647.545	28,7	23,1	0,422	0,343	0,076	0,046
Espírito Santo	788.692	734.424	24,9	22,2	0,420	0,393	0,065	0,054
Urbano	629.642	593.471	24,4	21,8	0,426	0,401	0,066	0,054
Rural	159.050	140.953	27,0	24,2	0,395	0,358	0,063	0,052
Rio de Janeiro	4.510.673	4.288.387	31,6	30,0	0,429	0,426	0,083	0,079
Metrópole	3.666.363	3.557.604	34,5	33,6	0,441	0,434	0,093	0,089
Urbano	742.681	643.010	23,1	19,6	0,381	0,395	0,055	0,050
Rural	101.629	87.773	24,5	22,1	0,313	0,332	0,041	0,038
São Paulo	11.753.466	11.771.993	31,2	30,6	0,452	0,423	0,090	0,079
Metrópole	7.291.532	7.505.622	41,0	41,6	0,491	0,452	0,132	0,118
Urbano	4.133.530	3.980.057	22,4	21,0	0,390	0,372	0,052	0,045
Rural	328.404	286.314	23,2	19,5	0,343	0,370	0,044	0,045
SUDESTE	22.254.249	21.630.193	30,4	28,9	0,443	0,419	0,084	0,074
Metropolitano	12.585.138	12.626.638	38,2	38,0	0,468	0,442	0,114	0,104
Urbano	8.299.088	7.840.970	23,6	21,6	0,412	0,392	0,060	0,050
Rural	1.370.023	1.162.585	26,7	22,1	0,392	0,351	0,063	0,046
Sul	Número de pobres		Proporção de pobres (%)		Hiato de renda		Hiato quadrático	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Paraná	2.015.440	1.737.288	20,5	17,2	0,406	0,410	0,051	0,043
Curitiba	764.594	679.908	26,2	22,4	0,429	0,405	0,069	0,053
Urbano	988.899	793.180	17,7	14,0	0,396	0,406	0,043	0,035
Rural	261.947	264.200	19,7	19,1	0,375	0,433	0,044	0,052
Santa Catarina	500.748	511.447	9,1	9,0	0,454	0,373	0,029	0,020
Urbano	436.959	420.503	9,7	9,0	0,461	0,357	0,031	0,019
Rural	63.789	90.944	6,4	8,8	0,408	0,445	0,019	0,025

Norte	Número de pobres		Proporção de pobres (%)		Hiato de renda		Hiato quadrático	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Rio Grande do Sul	1.689.257	1.657.491	16,3	15,7	0,425	0,411	0,044	0,040
Porto Alegre	677.396	635.288	17,8	16,4	0,427	0,416	0,048	0,043
Urbano	738.059	745.696	15,5	15,4	0,435	0,387	0,044	0,036
Rural	273.802	276.507	15,1	15,2	0,391	0,461	0,037	0,046
SUL	4.205.445	3.906.226	16,3	14,8	0,419	0,405	0,043	0,037
Metropolitano	1.441.990	1.315.196	21,4	19,0	0,428	0,410	0,057	0,047
Urbano	2.163.917	1.959.379	14,6	12,9	0,422	0,389	0,040	0,030
Rural	599.538	631.651	14,5	14,9	0,386	0,447	0,035	0,043
Centro-Oeste	Número de pobres		Proporção de pobres (%)		Hiato de renda		Hiato quadrático	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Mato Grosso do Sul	738.977	755.719	34,1	34,0	0,424	0,411	0,086	0,083
Urbano	655.656	669.056	35,6	35,2	0,424	0,408	0,088	0,085
Rural	83.321	86.663	25,6	26,5	0,425	0,434	0,074	0,077
Mato Grosso	960.710	823.920	37,3	30,1	0,424	0,396	0,096	0,069
Urbano	732.547	642.433	37,0	30,6	0,429	0,393	0,096	0,069
Rural	228.163	181.487	38,4	28,7	0,411	0,404	0,098	0,069
Goiás	1.923.773	1.781.325	36,5	32,5	0,434	0,401	0,097	0,074
Urbano	1.717.113	1.602.679	37,1	33,3	0,437	0,410	0,099	0,078
Rural	206.660	178.646	31,7	26,7	0,411	0,328	0,081	0,045
Distrito Federal	911.654	944.695	42,7	42,4	0,525	0,502	0,150	0,140
CENTRO-OESTE	4.535.114	4.305.659	37,3	34,0	0,449	0,424	0,104	0,086
D.F.	911.654	944.695	42,7	42,4	0,525	0,502	0,150	0,140
Urbano	3.105.316	2.914.168	36,8	33,1	0,432	0,406	0,096	0,077
Rural	518.144	446.796	33,0	27,5	0,413	0,379	0,086	0,061
Brasil	Número de pobres		Proporção de pobres (%)		Hiato de renda		Hiato quadrático	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Norte	4.147.801	3.855.427	42,1	36,7	0,461	0,444	0,123	0,101
Nordeste	25.220.497	24.000.690	51,9	48,5	0,497	0,477	0,167	0,147
Sudeste	22.254.249	21.630.193	30,4	28,9	0,443	0,419	0,084	0,074
Sul	4.205.445	3.906.226	16,3	14,8	0,419	0,405	0,043	0,037
Centro-Oeste	4.535.114	4.305.659	37,3	34,0	0,449	0,424	0,104	0,086
BRASIL	60.363.106	57.698.195	35,6	33,2	0,466	0,444	0,105	0,092
Metropolitano	21.128.931	20.950.811	39,8	38,7	0,482	0,457	0,124	0,111
Urbano	29.462.147	27.910.810	32,1	29,5	0,459	0,437	0,093	0,079
Rural	9.772.028	8.836.574	39,5	35,4	0,451	0,439	0,111	0,096

Fonte: IBGE / PNAD, 2003 e 2004 - Tabulações especiais.

Resumo

Este texto apresenta os indicadores básicos de pobreza enquanto insuficiência de renda, destacando peculiaridades da espacialização tais como a redução mais acentuada da pobreza e indigência nas áreas rurais, e o agravamento relativo nas áreas metropolitanas. Dado o desempenho desfavorável da metrópole paulista, tanto no período recente como num prazo mais longo, foram discutidos aspectos relativos ao mercado de trabalho e a evolução do custo de vida dos pobres que explicam esses resultados. Verificou-se ainda como o nível e a composição da renda familiar se alterou no país em função dos determinantes de funcionamento do mercado de trabalho, mas também da expansão da cobertura e do aumento do valor dos benefícios previdenciários e assistenciais, resultando em melhorias distributivas que operaram no sentido de reduzir a pobreza e a indigência.

Abstract

This article presents the income-based poverty indicators using the data from the 2004 Brazilian National Household Survey. It discusses the evolution of spatial characteristics of poverty, such as the strong decline of rural poverty and the relative increase of metropolitan poverty. Considering the particularly unfavorable trend observed in the metropolis of Sao Paulo, the article analyses some aspects related to labor market and cost of living that may explain it. . The article also focus on the level and composition of family income and how it has changed in Brazil from 2003 to 2004 because of the workings of the labor market, but also because of the increased coverage and the higher value of benefits paid by both the social security and income transfer programs. The results in terms of distributive improvement has contributed to reduce poverty and indigence n Brazil.

O Autor

SONIA ROCHA é doutora em Economia pela Universidade de Paris I e economista do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS).